

A SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL E EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Educação em Saúde

Cristiane de Lira Fernandes¹; Conceijécia Nóbrega da Cunha²; Geralda Jéssica de Araújo Santos³; Yraguacyara Santos Mascarenhas⁴; Clécio André Alves da Silva Maia⁵

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, cristiane1994js@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, jecianobrega@gmail.com

³ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, geralda_jessica@hotmail.com

⁴ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, yraguacyara_mascarenhas@hotmail.com

⁵ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, clecioandre@gmail.com

INTRODUÇÃO

A cidadania expressa um conjunto de direitos e deveres que permite aos cidadãos a garantia de participar da vida política e pública, além de contornos mais abrangentes que ultrapassam o sentido de atender às necessidades políticas e sociais, na qual tem como objetivo a busca por condições que assegurem uma vida digna aos indivíduos (BRASIL, 2007).

A cidadania deve buscar compreender diversas perspectivas, abrange uma visão multidimensional de relação com o mundo, as quais englobam condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas, científicas e culturais, importantes para o desenvolvimento de uma vida digna e saudável para todos. Sendo assim, o conceito de cidadania implica na ligação de um indivíduo a um determinado Estado-Nação, por meio de direitos e deveres mútuos. Neste sentido, é importante reconhecer o direito à saúde como exercício de cidadania (BRASIL, 2007; SILVA, 2008).

O processo formativo de cidadãos participativos leva ao empoderamento da população, uma vez que a capacita para operar no controle de sua própria vida e deste modo, atingir uma situação de equidade social. Elementos como identidade, conhecimento, pertencimento e participação devem estar presentes nesta construção, pois fazem parte da condição de ser cidadão (KLAUS, 2003).

A participação da comunidade constitui uma diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) e uma marca de identidade do campo da saúde coletiva, é caracterizada como estratégia política de resistência à exclusão social, e tem como propósito integrar múltiplas formas de ação coletiva voltadas para a obtenção e a ampliação do acesso a bens e serviços de consumo coletivo (CAVALCANTI, CABRAL, ANTUNES, 2012).

Diante desse enfoque da saúde como o direito fundamental, têm-se como objetivo relatar uma experiência de discentes dos cursos de enfermagem e filosofia inseridas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), cujas ações estiveram voltadas à discussão das diferentes abordagens da cidadania, na qual foram destinados momentos para ampliar o campo do conhecimento sobre os direitos e deveres enquanto cidadãos, principalmente sobre o reconhecimento da saúde como direito universal, bem como a discussão sobre a assistência e os princípios do SUS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência vivenciado por acadêmicas dos cursos de graduação em enfermagem e filosofia, dentro do Projeto Interdisciplinar de Enfermagem e Filosofia do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Caicó.

Atualmente o projeto interdisciplinar se encontra subdividido e contempla algumas escolas da rede pública do município para discutir e elucidar temáticas variadas, e propõe o uso de metodologias diferenciadas para que possa estimular ainda mais a participação dos

alunos na construção do seu próprio conhecimento.

Desse modo, o grupo em questão foi direcionado para discutir e ampliar o conhecimento sobre a temática da cidadania com alunos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), dando ênfase nos seus direitos e deveres garantidos por lei, principalmente no âmbito da saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A importância em discutir cidadania é fundamental, pois permite aos sujeitos compreender o que é ser cidadão e como se portar diante da sociedade, visto que a cidadania atual vem tratar a cerca do vasto universo que envolve os direitos e deveres do cidadão, assim como suas obrigações para com o meio social de forma ativa e diversificada. A partir da mudança na abordagem dos serviços de saúde, pode-se perceber que ocorre uma melhor qualidade na atenção prestada aos usuários, pois permitiu a humanização dos cuidados prestados, a valorização destes e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

As discussões sobre cidadania nos espaços da educação se mostram muito importantes para o processo formativo dos alunos, uma vez que a temática abrange aspectos fundamentais para a construção do ser cidadão, bem como amplia a visão que os mesmos têm sobre tudo o que os rodeia, incluindo a saúde.

As ações sobre cidadania foram divididas em cinco momentos e realizadas através de metodologias ativas, como: rodas de conversa, dinâmicas com balões, perguntas e respostas, explanação audiovisual, e colagem em cartazes, onde foram abordados temas gerais relacionados à cidadania, sendo um deles o direito à saúde.

A ideia inicial para a temática voltada à saúde surgiu a partir de discussões sobre cidadania durante o planejamento das ações, e por meio da orientação da supervisora do PIBID, uma das professoras da escola, foram escolhidas duas turmas para serem contempladas, elas eram compostas por jovens, adultos e idosos, no turno da noite.

Neste sentido, o conhecimento dos direitos e deveres enfatiza e fortalece a importância da participação social na mudança diante das desigualdades existentes no acesso aos serviços de saúde. Assim, a cidadania como prática tem como finalidade permitir à pessoa agir tanto individualmente, como coletivamente, a fim de efetuar as mudanças necessárias ou influenciar as decisões, de modo a assegurar os seus direitos garantidos por lei.

A abordagem dos princípios fundamentais do SUS também trouxe uma grande relevância para as discussões, a universalidade, integralidade e equidade são fundamentos que regem o desempenho efetivo desse sistema, no entanto, a organização da gestão em todas as esferas deve manter a vigilância para que todos em suas necessidades sejam atendidos com dignidade, tendo em vista que a saúde é um direito de todos e dever do Estado.

CONCLUSÕES

Neste sentido, a cidadania deve ser discutida de forma geral, não pode se limitar ao simples exercício do direito de voto, mas deve também incluir a participação da população nas decisões que afetam suas próprias vidas. Nesta perspectiva, as ações do PIBID tiveram como objetivo fazer os alunos refletirem sobre o papel que eles exercem perante a sociedade, se eles têm conhecimento dos seus direitos e deveres, e se estão conseguindo exercê-los.

Portanto, esse trabalho buscou proporcionar um olhar mais ampliado sobre o papel de cidadania, principalmente os direitos e deveres voltados à saúde, instigando os alunos a não apenas adquirir a titularidade desses direitos, mas fazê-los pensar em participação ativa, a qual permite que as pessoas exerçam os seus direitos. A cidadania é mais do que uma identidade, é algo que deve ser posto em prática, e que deve ser criado e recriado de formas e em espaços diferentes. Associado à isso, também influenciou no crescimento pessoal e profissional das

discentes inseridas nesse projeto, tendo em vista que fortaleceu o desenvolvimento da postura enquanto futuras profissionais da saúde que se encontram vinculadas à área da educação.

Palavras-Chave: Direitos humanos; Educação em saúde; Participação cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 84, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/liv_etic_cidad.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.
2. CAVALCANTI, M. L. T.; CABRAL, M. H. P.; ANTUNES, L. R. Participação em saúde: uma sistematização de artigos publicados em periódicos brasileiros-1988/2005. **Ciência saúde coletiva**, v.17, n.7, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700020>. Acesso em: 8 abr. 2017.
3. KLAUS, E. Identidades coletivas e mobilização de identidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53 São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 8 abr. 2017.
4. SILVA, A. C. A. P. Conhecimento, Cidadania e Direito do Idoso: relatos pós-Lei nº 10.741/2003. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-495191>>. Acesso em: 08 abr. 2017.